

Econo-mic Brazil

O ESTADO DE S. PAULO — Sexta-feira, 10-1-



Conselhos ao nosso Congresso. De deputados americanos.

JAN 1980

O Brasil precisa encontrar uma forma de pagar sua dívida externa. Se não pagar, o exemplo poderá ser seguido por outros países, com prejuízos econômicos e sociais para o mundo desenvolvido e as nações subdesenvolvidas. Não importa que a dívida seja fruto de empréstimos contraídos pelo governo militar e tenha sido mal aplicada. O País tem de pagá-la para receber novos créditos.

Esse foi o conselho dos 13 deputados norte-americanos (foto) integrantes da Comissão de Finanças da Câmara de Representantes, aos seis deputados brasileiros que discutiram a questão da dívida externa, do mercado internacional. A delegação dos Estados Unidos, que visitou a Argentina e agora segue para Venezuela, está colhendo informações sobre a situação econômica dos países sul-americanos, a fim de subsidiar os congressistas.

“É difícil ficar contra o protecionismo norte-americano, quando nos confrontamos com medidas protecionistas muito mais rígidas no Exterior”, reagiu, ontem, o presidente da Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados dos Estados Unidos, John La Falce, do partido Democrata, ao refutar críticas às barreiras comerciais de seu país. La Falce e mais 12 integrantes da comissão, democratas e republicanos, foram recebidos em audiência pelo presidente José Sarney, quando conversaram sobre assuntos de interesse dos dois países.

No encontro com os jornalistas, eles defenderam que os problemas do Brasil com a dívida externa são também dos Estados Unidos, “porque existe interdependência entre todos os países amigos”. Mas não gostaram quando o protecionismo norte-americano foi colocado como um empecilho para o País obter recursos para sair do endividamento. Para o deputado Norman Shumway, especialista em assuntos bancários, financeiros e urbanos, é importante reconhecer que todos os países do mundo adotam medidas protecionistas, sendo que os Estados Unidos o fazem em escala muito menor. Ele se declarou um defensor do livre comércio, ao contrário de seus eleitores que reclamam da invasão de produtos estrangeiros.

Com relação à dívida brasileira para com os Estados Unidos, os parlamentares não vêem outra solução senão a de se buscar meios que possibilitem seu pagamento, “porque se os contratos não forem seguidos à risca, ninguém no futuro fará outros contratos com os senhores”, advertiram.

O deputado Irajá Rodrigues (PMDB/PR) quebrou o tom cordial da reunião, logo ao seu início, ao afirmar que o Brasil “não tem condições de pagar os juros de sua dívida externa às taxas atuais”. Responsabilizando o governo dos Estados Unidos pela situação, “na medida em que o tesouro norte-americano pressiona o mercado financeiro internacional em busca de recursos para cobrir seu déficit público”.

“A melhor forma de o Congresso americano nos ajudar a pagar nossos débitos é através da redução do déficit público dos Estados Unidos”, disse Irajá Rodrigues, provocando um burburinho entre os visitantes. O chefe da delegação, John La Falce (democrata de Nova York), respondeu rápido: “Para nós, a dívida é um problema tanto dos credores como dos devedores. Nós não temos nenhuma solução à vista, mas entendemos que o caminho natural é, primeiro, o Brasil saldar seus compromissos e, depois, obter mais recursos para sua expansão econômica”.

Pedindo a palavra, o deputado Walmor de Lucca (PMDB/SC) disse que a dívida brasileira resulta da vontade mútua dos banqueiros e do governo militar do passado. “Os banqueiros internacionais agiram irresponsavelmente ao entregarem recursos a um governo militar que não tinha respaldo na opinião pública”, disse ele.

As verbas, em muitos casos, foram mal aplicadas, como no programa nuclear. “Pagamos cinco bilhões de dólares por duas usinas nucleares importadas dos Estados Unidos, as quais não produzem energia e nos custam um milhão de dólares por dia. Não podemos agora condenar cem milhões de brasileiros à fome e à miséria por causa dos maus gerentes do passado. E os americanos precisam entender isso”, acrescentou ele.

Embora o presidente da Comissão de Finanças, deputado Moisés Pimentel, amenizasse a colocação, dizendo que o Brasil vai honrar seus compromissos, embora somente a longo prazo, apesar de todas as dificuldades, os visitantes sentiram-se incomodados.

O deputado Stan Parris (republicano da Virgínia) protestou: “Mas se o governo deste país usou o dinheiro e determinou sua aplicação, não seria razoável que nós aconselhássemos nossos eleitores a simplesmente perdoar os erros do passado dos brasileiros”. E veio a resposta, rápida, do deputado Héberto Ramos: “O risco dos banqueiros foi consciente, tanto que cobraram do Brasil as mais altas taxas de risco, emprestando recursos até mesmo para projetos considerados inadequados ao País pelo Banco Mundial, como a Ferrovia do Aço. Ainda assim, poderíamos pagar a dívida, mas o protecionismo norte-americano impede a entrada de nossos produtos em seu mercado”.

Pelos visitantes, respondeu então a deputada Marge Roukema (republicana de New Jersey), argumentando que os congressistas não controlam nem os bancos nem os banqueiros. “Não estamos nos desculpando — disse ela — mas todos nós, parlamentares e povo, seremos influenciados pela forma como isso for resolvido. O Brasil precisa encontrar uma solução, via FMI ou através do Plano Baker.”

Advertência

O aumento da inflação poderá criar dificuldades ao governo para renegociar sua dívida externa. A previsão foi feita ontem, no Rio, pelo ex-presidente do Banco Central, Paulo Pereira Lira, para quem o recrudescimento do processo inflacionário é consequência direta da transferência de recursos ao Exterior para pagamento de dívida.

Na sua opinião, o problema da inflação brasileira está intimamente vinculado à dívida externa, “tanto no que diz respeito à natureza da dívida como sua repercussão na dívida interna”. Acrescentou que esse fato é o responsável pela elevação da taxa da inflação a níveis de 13%, que poderá subir ainda mais com os atuais problemas de abastecimento provocados pela seca no Sul do País.